



# **O ADOECIMENTO SISTEMÁTICO DOS PROFESSORES E PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL: REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES ESTATAIS**

Rafaela de Almeida Oliveira Santos <sup>1</sup>  
Victor Nascimento dos Santos <sup>2</sup>  
Camila Potyara <sup>3</sup>

## **RESUMO**

Este artigo pretende contribuir para o debate sobre as (não)-ações estatais no Distrito Federal (DF) em relação ao adoecimento sistemático dos professores e professoras da rede pública. A metodologia pautou-se em uma pesquisa descritiva de material bibliográfico-documental e uma entrevista realizada via e-mail com um agente atuante no campo de políticas públicas dos servidores e servidoras do DF. Os resultados da pesquisa direcionam para uma ação insuficiente do Estado no que diz respeito à promoção da saúde do(a)s docentes, visto que ao tratar de forma genérica o seu adoecimento, tais problemas vão sendo camuflados e invisibilizados. Além disso, não há uma preocupação em investigar a relação entre o adoecimento e às condições precárias de trabalho em que ele(a)s estão inseridos. Também não se identificou ações eficientes na prevenção e oferta de tratamento para esse(a)s profissionais.

**Palavras-chave:** Adoecimento, Professores, Ações estatais, Educação.

## **INTRODUÇÃO**

Os fatores que provocam o adoecimento dos professores e professoras são complexos e podem ter relação com o meio social, econômico e político no qual estas ou estes docentes estão inseridos. Neste sentido, para compreender melhor a complexidade desse tipo de problema, é necessário, primeiramente, refletir sobre a história da educação em nosso país, pois esta área, ainda hoje, apresenta dificuldade em se legitimar como direito de todos e todas e como um dever do Estado.

Nas últimas décadas, as reformas no sistema de ensino brasileiro estabeleceram

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília - UnB, [rafaela.jpsantos@gmail.com](mailto:rafaela.jpsantos@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília - UnB, [victornasct@gmail.com](mailto:victornasct@gmail.com);

<sup>3</sup> Mestre e doutora em Política Social pela Universidade de Brasília - UnB, [camilapotyara@gmail.com](mailto:camilapotyara@gmail.com);

\*Artigo elaborado a partir de projeto de pesquisa realizado em 2019 como trabalho final da disciplina *Pesquisa Social* do Curso de Graduação em Serviço Social da UnB e ministrada pela Professora Camila Potyara Pereira



novas regras de acordo com as exigências previstas na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o texto constitucional estabeleceu os seguintes objetivos: erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar e melhorar a qualidade do ensino. Para tanto, considerou-se a necessidade de uma norma que permitisse articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração, bem como a definição de diretrizes, finalidades, metas e estratégias na implementação para garantir a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos nas diferentes esferas federativas.

A partir da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, os objetivos previstos na Constituição tornaram-se uma conquista para a educação. Entretanto, embora tenha apresentado de forma detalhada o processo formativo de ensino, a lei trouxe novas exigências ao trabalho docente. De acordo com Assunção e Oliveira (2009, p.352) a LDB ampliou, por exemplo, a carga horária anual de trabalho escolar em decorrência do aumento dos dias letivos, que passaram de 180 para 200. Adiciona-se o fato de que, ao estabelecer a gestão democrática, a Lei também impôs ao(à) professor(a), além do trabalho em sala de aula, o exercício de outras relações com a comunidade e a gestão da escola no planejamento do projeto pedagógico, participação nos conselhos, entre outras funções.

Além disso, a fim de cumprir a norma de universalização do ensino, as escolas tiveram que se organizar para expandir o atendimento. Conseqüentemente, possibilitou-se o aumento da quantidade de alunos(as) por professor(a). Este contexto dificultou o trabalho dos(as) docentes em relação ao atendimento individualizado, visando compreender melhor as necessidades particulares de cada estudante. Tal mudança não corresponde à literatura pedagógica moderna, a qual propõe que o ensino-aprendizagem deve estar conectado à realidade individual e coletiva dos agentes envolvidos nesse processo.

Soma-se a isso o cumprimento de metas e objetivos das políticas educacionais que favoreceram o aumento dos exames nacionais de avaliação. A aplicação e envio de dados dessas provas tornaram-se novas tarefas incumbidas ao(à) professor(a). Este contexto também contribuiu para o crescimento da atribuição ao(à) docente no que diz respeito ao desempenho dos seus alunos e alunas, bem como na elevação dos indicadores de qualidade da escola, sendo estes julgados por atribuições que extrapolam o universo



escolar. Neste sentido, concordamos com Lüdke e Boing (2007, p.1.188) ao afirmarem que “as críticas externas ao sistema educacional cobram dos professores cada vez mais trabalho, como se a educação, sozinha, tivesse que resolver todos os problemas sociais”.

De acordo com o exposto anteriormente, infere-se que as mudanças no sistema de ensino nos últimos anos tiveram um impacto muito grande na atuação docente e implicaram diretamente a sua saúde. A obrigatoriedade da adaptação do(a) professor(a) às necessidades desse novo contexto escolar faz com que esse profissional se cobre mais e se desgaste, tanto psicologicamente quanto fisicamente, o que o(a) torna mais suscetível ao adoecimento.

Tennant (2001 *apud* ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009) esclarece os tipos de transtornos psíquicos relacionados ao trabalho. Em sua maioria, estão presentes nos quadros depressivos, de nervosismo, abuso de bebidas alcoólicas, sintomas físicos sem explicação e cansaço mental, com sérias consequências para o desempenho profissional e na função familiar, além de serem responsáveis por elevados custos sociais.

Diante do contexto apresentado, vale ressaltar que a escolha do tema abordado neste trabalho partiu da experiência, de um dos autores, na área da educação infantil em uma escola pública do Distrito Federal. Ao refletir sobre a sua sobrecarga de tarefas, bem como ouvir relatos e queixas por parte de colegas professores(as) sobre suas frustrações em relação ao trabalho, percebeu o crescente adoecimento físico e mental entre esses(as) profissionais. A partir daí surgiu o interesse em pesquisar as (não)-ações do Estado para mitigar o adoecimento dos(as) docentes da rede pública de educação básica do Distrito Federal. A pesquisa foi feita com o intuito de apresentar uma discussão crítica em relação à intencionalidade dessas (não)-ações, bem como instigar uma reflexão sobre como o problema do adoecimento afeta diretamente esta classe profissional específica e, assim, prejudica indiretamente a qualidade do ensino público.

## **METODOLOGIA**

O método que este trabalho adotou para analisar e discutir as hipóteses e dados pesquisados foi a metodologia materialista histórico dialético por permitir um estudo mais crítico do problema aqui estudado e de seus causadores. O método em Marx visa a partir de uma reflexão dialética da realidade alcançar a ontologia da realidade social, em que o



ser social é responsável por sua existência nas esferas objetivas e subjetivas, desta maneira, “teoria, método e concreto social constituem uma unidade metodológica” (SILVA, 2019, p.34).

O método materialista histórico dialético busca investigar de forma minuciosa o concreto/real através da abstração (movimento dialético) para chegar ao mais essencial e elementar do problema/situação que se estuda. A explicação de um fenômeno não está em sua aparência, mas sim em sua essência que carrega a estrutura e a dinâmica do objeto. Tanto aparência quanto essência constituem níveis da realidade, sendo imprescindíveis na compreensão do processo de pesquisa. Neste quadro a história é um fundamental instrumento para a compreensão da realidade.

Para desenvolver essa pesquisa, partiu-se da concepção do sujeito como ser modificador do seu espaço, neste caso a escola, e que também sofre influências do movimento externo. Para tanto, utilizou-se material bibliográfico-documental, buscando fazer uma análise crítica do objeto investigado mediante a coleta de informações secundárias em documentos e pesquisas já realizadas anteriormente. Além disso, foi realizada uma entrevista semiestruturada com um(a) servidor(a) que atua em uma instituição da Subsecretaria de Saúde do Distrito Federal.

## **ANÁLISE DO PROCESSO DE ADOECIMENTO DOS(AS) DOCENTES**

Antes de uma abordagem sobre os fatores que contribuem para o adoecimento dos professores e das professoras, é importante definir o conceito de absenteísmo-doença que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), refere-se à falta do trabalhador ao emprego em função de seu adoecimento.

Para Antunes e Praun (2015, p.423) “as mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho”. No caso dos professores, a ausência ao trabalho por questão de saúde está intimamente ligada ao processo laboral de lecionar cada vez mais exigente, isto é, o aumento do número de funções complexas para serem realizadas de forma individual, sem o apoio e a formação necessária para essas novas atribuições.



Além disto, conta-se com uma gestão fiscalizadora que tem como base a lógica produtivista, bem como a desvalorização profissional. Sendo assim, resta ao(à) professor(a) “o sentimento de impotência, insegurança e desmotivação, aliado a uma série de problemas econômicos e sociais vivenciados”. (ARAÚJO; SOUSA, 2013, p.7).

Diante desta realidade, tem-se percebido o aumento de adoecimentos extremos, que levam ao abuso de medicamentos controlados, vícios em drogas lícitas e ilícitas e, até mesmo, a ocorrência de suicídio. Portanto, um problema tão grave como este e suas múltiplas determinações, não pode ter soluções simplistas e individualizadas.

Desta forma, buscando compreender melhor a questão do adoecimento dos(as) professores e professoras do Distrito Federal utilizou-se o relatório intitulado “Absentéismo-doença entre servidores estatutários estaduais”, realizado pelo grupo de estudos do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD). Os dados foram coletados em 2014 e não discorrem diretamente sobre o segmento desses profissionais, mas possibilitam uma ampla perspectiva sobre o problema, uma vez que demonstram quais setores estatais estão com profissionais mais adoecidos. Destaca-se, então, os dados do campo da educação no Distrito Federal.

Um padrão que se observa no relatório do CONSAD é que, nos estados com dados coletados (Distrito Federal, Espírito Santos, Rio grande do Sul e Santa Catarina), a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação são os órgãos com maiores porcentagens de servidores afastados em cada um dos estados analisados (CONSAD, 2014, p.13). Quanto às enfermidades responsáveis pelo afastamento dos servidores da secretaria de educação do DF, as mais frequentes são doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e, principalmente, os transtornos mentais e comportamentais (CONSAD, 2014, p.13). Em relação aos custos por afastamento, o relatório revela que os transtornos mentais e comportamentais são as formas de adoecimento que apresentam custos mais elevados aos estados. (CONSAD, 2014, p. 14).

Além disso, os resultados apresentados revelam que o adoecimento dos profissionais não possui causas únicas, ou seja, são multicausais e perpassam várias dimensões do trabalho como:

planejamento, objetivos das tarefas, coordenação, normas, procedimentos técnicos, estilos de gestão, pressões, burocracias excessivas e do trabalho real; esse submetido a eventos



inesperados, panes, imprevistos e problemas (CONSAD, 2014, p.15).

Em suma, uma sucessão de fatores vão afetando a biopsiquê do indivíduo, desde o sujeito que não consegue mais responder a demanda que lhe é atribuída, à falta de autonomia em seu exercício profissional, passando pelo modelo de gestão e a instituição como repressoras e fiscalizadoras, até a falta de condições materiais.

Dessa forma, sendo o trabalho central na formação e legitimação do indivíduo, também é central na saúde de todo profissional. “Contraditoriamente, é no (e pelo) trabalho que o homem, enquanto ser genérico, se faz e se perde; constrói sua identidade, e ao mesmo tempo desconstrói sua humanidade.” (MOTA, 2011, p. 187)

Diniz *et al.* (2004) *apud* Araújo e Souza (2013) apontam o trabalho como fonte de *status*, poder e independência financeira, bem como um local de construção de uma rede social de apoio e de validação da competência relacional. Assim, o trabalho constitui fator importante de identidade e autoestima.

O trabalhador pensa no trabalho mesmo quando não o está realizando, ou seja, pensa e se preocupa com o trabalho o tempo todo. Os sintomas são sentidos individualmente, mas as causas são estruturais e sistêmicas. De acordo com o CONSAD (2014), a melhoria da prática profissional dos professores depende, principalmente de

[...] ações em nível de políticas públicas de saúde do servidor que visem à qualidade de vida no trabalho e à melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Alvos que apenas serão atingidos por meio de modificações no contexto de trabalho dos servidores, envolvendo as dimensões: **condições de trabalho, organização do trabalho e relações socioprofissionais de trabalho** (CONSAD, 2014, p. 5 – grifo nosso).

Concorda-se com Silva *et. al* (2017) sobre a escola como espaço democrático revelar-se como uma estratégia fundamental para a promoção do bem-estar de todos. Sendo assim, se o campo da educação está como um dos que mais geram adoecimento dos servidores públicos do Distrito Federal, então, torna-se necessário uma urgente análise crítica e, muito provavelmente, uma reestruturação de como se faz e se pensa educação no atual momento.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO - AS RESPOSTAS ESTATAIS DO DF**

A pesquisa investigou a Gerência de Saúde Mental e Preventiva (GESM), um



órgão de execução da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (SUBSAÚDE) composta por uma equipe de profissionais com formação em psicologia, psiquiatria, assistência social e apoio administrativo que tem por objetivo desenvolver ações voltadas para a prevenção e promoção da saúde mental do(a)s servidores(as) do Governo do Distrito Federal.

Após tentativas frustradas de marcar uma entrevista pessoalmente com os(as) servidores(as) da GESM, utilizou-se como estratégia o encaminhamento de questões via e-mail a fim de dinamizar o andamento da pesquisa.

A partir da análise das respostas recebidas por e-mail, constatou-se que a GESM mostrou conhecimento sobre o adoecimento dos(as) professores(as) da rede pública de educação e ressaltou ter uma Diretoria de Epidemiologia que compõe o quadro da SUBSAÚDE, que fornece anualmente os dados quantitativos dos(as) servidores(as) adoecidos(as), por Secretaria, sexo, idade, carreira, e Regional, além do CID (Classificação Internacional de Doenças).

Além disso, apresentou algumas ações que estão sendo executadas pelo Estado para prevenir e tratar o adoecimento dos(as) professores(as), conforme exposto abaixo:

No campo do adoecimento psíquico, há uma Gerência de Saúde Mental e Preventiva, que desenvolve Programas de Promoção e Prevenção em Saúde Mental. Que previne o adoecimento psíquico dos servidores e o agravamento dos servidores que já estão adoecidos (GESM, 2019).

Além das ações referentes à prevenção e tratamento do adoecimento dos professores e professoras executadas pela Gerência de Saúde Mental e Preventiva, foi sugerido a realização de pesquisa juntamente à Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SUGEP) da Secretaria de Estado de Educação que, conforme indicado, possui outras ações no campo da prevenção ao adoecimento psíquico dos(as) servidores(as), como Práticas Integrativas e Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

Quando questionado se essas ações de prevenção e tratamento do adoecimento dos professores e professoras têm surtido efeito, a resposta foi que é de responsabilidade da equipe técnica utilizar/selecionar técnicas de atendimento apropriadas e comprovadas cientificamente, de acordo com a demanda e público alvo pautado e orientado pelo Código de Ética da Psicologia. Além disso, sendo a saúde mental, assim como o adoecimento psíquico, de natureza variável e diversa, além de subjetiva, não é possível a

mensuração das ações especificamente. Para tanto, seria necessária a realização de estudos de casos para obter respostas, ou resultados correlatos.

Conforme destacado pela GESM, segundo os dados estatísticos de adoecimento psíquico por Transtornos mentais e comportamentais (CID F) dos anos de 2017 para o ano de 2018, houve uma diminuição do número de servidores(as) da Secretaria de Estado de Educação adoecidos(as), mas não há como relacionar diretamente com as ações executadas pela Gerência de Saúde Mental e Preventiva.

Os dados aos quais a GESM se refere podem ser observados no Relatório de Inspeção nº 02/2018, que trata de assuntos da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SUBSAÚDE, realizado pela Subcontroladoria de Controle Interno (SUBCI) e a Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF) em 2018.

Esse relatório aponta para uma diminuição das licenças dos(as) servidores(as) da Secretaria de Educação do Distrito Federal entre os anos de 2015 a 2017, conforme mostra a tabela a seguir.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - LICENÇAS	ANO	2015	2016	% DIF. 2016/2015	2017 - 1º SEM	Projeção 2017*	% DIF. 2017/2016
Licenças administrativas por motivo de saúde	Atestado de comparecimento	54.405	55.634	2,3%	9.756	19.512	-185,1%
	Exame médico preventivo ou periódico	2.462	2.688	9,2%	526	1.052	-155,5%
	Atestados médicos até 3 dias	27.514	24.648	-10,4%	5.837	11.674	-111,1%
Licenças por motivo de saúde do servidor	Atestados de até 3 dias recebidos na SUBSAUDE	0	0	0,0%	972	1.944	-----
	Licença para tratamento da saúde do servidor	31.958	28.204	-11,7%	11.865	23.730	-18,9%
<b>Total de licenças</b>		116.339	111.174	-4,4%	28.956	57.912	-92,0%
<b>Dias de afastamento</b>		808.807	644.755	-20,3%	286.829	573.658	-12,4%

Fonte: RELATÓRIO DE INSPEÇÃO nº 02/2018 - INFA/CONIP/COGEI/SUBCI/CGDF

Este mesmo relatório, apresenta de modo geral as causas de afastamento por motivo de saúde dos(as) Servidores(as) Estatutários do Governo do Distrito Federal, conforme apresentado na tabela abaixo:

CAUSA DE AFASTAMENTO – CAPÍTULO CID 10 (1º semestre 2017)	GDF GERAL	SEE/DF	SES/DF	DEMAIS ÓRGÃOS
Capítulo V – Transtornos Mentais e Comportamentais	22,71%	26,78%	20,16%	19,76%
Capítulo XIII - Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo	19,03%	20,96%	18,08%	16,56%
Capítulo XXI - Fatores que Influenciam o Estado de Saúde e o Contato com os Serviços de Saúde	12,62%	11,81%	12,60%	15,68%
Capítulo X - Doenças do Aparelho Respiratório	7,74%	6,54%	9,08%	5,97%
Capítulo XIX - Lesões, Envenenamento e algumas outras Consequências de Causas Externas	7,71%	7,38%	7,29%	10,76%

Fontes: “Perfil do Absenteísmo Doença dos Servidores Públicos Estatutários do Governo do Distrito Federal - Primeiro Semestre de 2017” e “Perfil do Absenteísmo-Doença dos Servidores Públicos Estatutários do Governo do Distrito Federal”

Neste sentido, conclui-se que não existem políticas e/ou programas para tratar





especificamente dos(as) professores(as) adoecidos(as) dentro da GESM, mas sim, para todos o(a)s servidores(as) do Distrito Federal que se encontram em estado de adoecimento biopsíquico.

Em nossa concepção, não haver uma visão e uma resposta objetiva aos professores e professoras adoecidos(as) pode acarretar dois problemas básicos: 1) esconder em um grande número de diversos servidores públicos adoecidos um fenômeno sistemático que afeta um servidor público específico, 2) sendo consequência da primeira, ao tratar o adoecimento dos(as) professores(as) em quadros gerais do funcionalismo público não solucionam-se as causas dos adoecimentos específicos dos(as) professores(as).

Como é expresso no próprio Relatório, as ações são muito técnicas, utilitaristas e direcionadas a micro casos. Não é possível observar quaisquer respostas e leitura mais ampla do adoecimento pelos documentos lidos. Ironicamente, o próprio “Manual de Programas da Gerência de Saúde Mental e Preventiva” utilizado pela GEMS traz um texto inicial que aborda o trabalho como fator de adoecimento, mas ao longo do documento não aborda mais a questão do exercício profissional no processo de adoecimento.

O Relatório de Inspeção nº 02/2018 – DINFA/CONIP/COGEI/SUBCI/CGDF/ expõe falhas na execução de políticas públicas direcionadas à saúde do servidor público em especial a da Política Integrada de Atenção à Saúde do Servidor Público do Distrito Federal (PIASS), assim como também “falhas na estrutura da Subsaúde que podem interferir na execução de atribuições e competências”.

No campo jurídico têm sido adotadas políticas que asseguram instituições, pessoas e recursos que garantam o bem-estar dos(as) servidores(as) públicos(as) guiados por princípios relativamente bem construídos, mas, na prática, estas gerências não têm conseguido realizar suas funções de forma satisfatória.

Quanto à saúde dos(as) professores(as) não há documentos específicos tratando da questão, mas sim do campo da educação de forma geral. A SUBSAÚDE demonstrou ter conhecimento sobre a questão do adoecimento dos(as) servidores(as) da Secretaria de Educação do DF, aqui incluídos os(as) professores(as), principalmente em casos ligados aos Transtornos Mentais e Comportamentais, mas, a resposta foi dada de forma pragmática como podemos ver a seguir:

A Gerência de Saúde Mental e Preventiva – GESM vem promovendo na Subsaúde vários programas no campo da preservação da saúde e segurança dos servidores do Governo do



Distrito Federal (GDF) em geral, não propriamente dirigido apenas aos servidores da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), e estes programas são:

- Programa de Prevenção de Riscos Psicossociais
- Programa de Avaliação Psicológica
- Programa de Atenção ao Dependente Químico
- Programa de Prevenção à Violência no Trabalho
- Programa de Orientação para Aposentadoria
- Programa de Prevenção à Saúde Mental Materna. (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 9).

Os documentos estudados revelam que as próprias gerências responsáveis pela aplicação de políticas sociais de proteção dos servidores públicos - como a Gerência de Promoção à Saúde do Servidor (GPSS), Gerência de Saúde Mental e Preventiva (GSMP) e Diretoria de Epidemiologia em Saúde do Servidor (DIEPI) - têm sofrido diversos problemas na realização de seus objetivos institucionais que podemos sintetizar em:

- Precariedade na comunicação entre órgãos referentes à saúde do servidor;
- Carência de recursos humanos em atender demandas existentes;
- Falta de apoio administrativo local;
- Espaço de trabalho inadequado ou insuficiente;
- Ausência de recursos para o exercício pleno do trabalho (como linhas de telefone, carros para locomoção de equipes, computadores, impressoras etc.);
- Ausência de um sistema único e eletrônico de informações sobre a saúde do servidor;
- Falta de capacitação dos profissionais na elaboração de relatórios e estudos científicos.

Estes problemas têm consequências na baixa efetividade das políticas e na manutenção do alto índice de afastamentos.

Um problema bem explícito que prejudica, principalmente, a DIEPI em sua coleta e análise de dados acerca da saúde dos servidores públicos do DF é

que não há sistema específico desenvolvido para a coleta e análise de dados epidemiológicos, o que dificulta a elaboração de boletins com informações relacionadas às atividades da DIEPI para os demais setores da SUBSAÚDE (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 19).

Esta falta de dados e análises acerca dos afastamentos dos professores e professoras têm se refletido na qualidade dos documentos presentes no site oficial da



secretaria de saúde do Distrito Federal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, mesmo o Estado sabendo que a Secretária de Educação do Distrito Federal sofre grande impacto em relação aos transtornos mentais e comportamentais, apresentando uma proporção bem superior dessas doenças em relação aos demais órgãos do GDF, pouco tem sido feito para reverter esse quadro.

Os resultados da pesquisa direcionam para uma ação insuficiente do Estado em relação ao adoecimento dos professores e professoras da rede pública, visto que, ao tratar de forma genérica o adoecimento dos servidores do Governo do Distrito Federal, os problemas de saúde dos(as) professores(as) vão sendo camuflados e invisibilizados. Além disso, não há uma preocupação com as causas do adoecimento relacionadas às condições de trabalho precárias em que estão inseridos e nem um trabalho amplo de prevenção e cura desses profissionais.

No campo teórico e jurídico verifica-se a existência de uma Política Integrada de Atenção à Saúde voltada aos servidores públicos do GDF, porém, além de ser de pequena abrangência, a burocracia para acessar esse direito dificulta sua efetividade, deixando a desejar o seu objetivo de prevenção, recuperação e reabilitação física, psicológica, social e profissional dos servidores públicos e de forma específica, os profissionais da educação.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0407.pdf>>. Acesso em: 06 jun 2019.

ARAÚJO, L.M.B.F.; SOUSA, R.R. O adoecimento psíquico de professores da rede pública estadual: perspectiva dos docentes. XXXVIII Encontro da Anpad, Rio de Janeiro, 2013.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educ. Soc.** Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, agosto de 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jun. 2019.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 03 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2019.

CONSAD. Absenteísmo-doença entre servidores estatutários estaduais. **GT CONSAD Câmaras Técnicas em Saúde do Servidor**, Julho/2014. Disponível em: <[http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Consad\\_Relat%C3%B3rio\\_Final\\_Consolidado\\_Revisado-08.2014.pdf](http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Consad_Relat%C3%B3rio_Final_Consolidado_Revisado-08.2014.pdf)>. Acesso em: 19 nov. 2019.

GESM. **Manual de Programas da Gerência de Saúde Mental e Preventiva**. Brasília 2019.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **RELATÓRIO DE INSPEÇÃO nº 02/2018 – DINFA/CONIP/COGEI/SUBCI/CGDF**. 2018. 63 p. Disponível em: <<http://www.cg.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/03/Relat%C3%B3rio-de-Inspe%C3%A7%C3%A3o-n-02-2018-SUBSAUDE-LAI.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

LÜDKE, M.; BOING, L.A. O trabalho docente nas páginas de *Educação & Sociedade* em seus (quase) 100 números. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1179-1201, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2528100.pdf>> Acesso em: 21 jun. 2019.

MOTA, D. P. Direito, Trabalho e Saúde: Uma Equação Possível? In: **Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no Século XXI** / André Luís Vizzaccaro-Amaral, Daniel Pestana Mota, Giovanni Alves, (organizadores). — São Paulo: LTr, 2011. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/3019/2189>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SILVA, Christiane Pimentel. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 34-51, jan./abr. 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282019000100034&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000100034&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SILVA, Valéria Aparecida da; COIMBRA, Ana Késia Santos; YOKOMISO, Celso Takashi. Saúde dos professores do ensino fundamental da rede pública e a construção dos espaços psíquicos compartilhados. **Vínculo**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 58-69, 2017. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-24902017000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902017000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 ago. 2020.